

"Guerra" dos pelouros na CEE

Portugal perde cooperação mas sente-se estimulado

Expr. 24/12/88

PORTUGAL perdeu recentemente em Bruxelas a grande oportunidade de ver facilitada a sua cooperação com os países africanos e nomeadamente com aqueles que falam a língua portuguesa — mas as autoridades de Lisboa, como o secretário de Estado Durão Barroso, não escondendo que ficaram decepcionadas perante a decisão de Jacques Delors de deixar Cardoso e Cunha sem a pasta da Cooperação, dizem que o desafio é assim maior e que até «é mais fácil bater o pé ao comissário espanhol, quando for caso disso, do que seria insistir com um português».

Com a nomeação de Manuel Marín para esse pelouro importante da Comunidade, Cardoso e Cunha acabaria por ser vítima de interesses cruzados nos meandros de Bruxelas, tudo indicando que a sua candidatura tenha soçobrado perante fortes pressões de Thatcher para evitar que o representante da Espanha ficasse, como estava previsto e era dado como certo, com a pasta do Orçamento (a área mais sensível para a estratégia britânica, que na Cooperação está confortavelmente colocada no «pelotão da frente» e não teme concorrências). Não ficando com o Orçamento, Madrid tinha de ser «compensada» — e a solução foi oferecer-lhe a Cooperação.

Ainda na véspera da redistribuição das pastas as autoridades portuguesas estavam convencidas de que o seu comissário, tendo de abandonar as Pescas, ficaria agora com a Cooperação, o que facilitaria consideravelmente a estratégia da entrada em força dos empresários portugueses em áreas geográficas onde poderiam manobrar com à-vontade e com segurança, que seriam os territórios das antigas colónias de África.



Durão Barroso: derrota estimulante?

Falava-se inicialmente de entendimentos de bastidores entre Gonzalez e Mitterrand, via pela qual o francês Delors (que não perde a esperança de vir a ocupar cargo político importante em Paris, logo que cumpra todas as missões em Bruxelas) teria sido sen-sível a argumentos para dar a Cooperação aos espanhóis. Indicações obtidas pelo EXPRESSO em Lisboa afastam, porém, essa hipótese, não obstante a certeza de que o «lobby» francês exerce um peso quase decisivo na tomada de decisões por parte do «monarca de Bruxelas».

Respeitado e reconhecido por muitos como «o melhor presidente que a Comunidade nunca teve», Delors (afinal «amigo de Cardoso e Cunha, a quem muito aprecia», como nos disse um membro do Governo de Lisboa) tem um relacionamento difícil com Thatcher, que nunca lhe perdoará ter um dia dito que daqui a dez anos «80 por cento da legislação económica e talvez também fiscal e social» dos países-membros seria decidida em Bruxelas. Por outro lado, o actual presidente tem sido também criticado por muitas das teorias que defende (sobre a integração económica, a política social e as leis do trabalho) terem nítida «colo-

de vir a «reinar» em Paris.

Um adeus português mal assumido

Para o ministro João de Deus Pinheiro, a derrota de Portugal em Bruxelas não foi senão «uma desilusão» — mas a verdade é que o que parecia impossível 48 ou mesmo 24 horas antes da decisão de Delors transformou-se em amarga realidade: a Espanha ficou com a parte de leão das relações da CEE com países terceiros, tendo Marín ficado com a Cooperação (mais dinheiro para Lomé-IV e o poderoso Fundo Europeu de Desenvolvimento, o FED, porta aberta para os países menos desenvolvidos sobretudo de África) e Abel Matutes com as relações com a América Latina, Norte-Sul e Países Mediterrânicos.

Cardoso e Cunha ficou

com o pelouro da Administração e do Pessoal, que envolve gastos, só em funcionários, da ordem dos 2 mil milhões de dólares/ano, mas não se acredita em Bruxelas que a sua margem de manobra seja grande, até porque Jacques Delors dificilmente abrirá mão de sectores importantes que tem controlado pessoalmente; e quanto à parte da Energia e das Pequenas e Médias Empresas, do Comércio, do Artesanato e do Turismo, tudo indica que também não terão grande importância, não correspondendo senão a uma insignificante compensação para o comissário português.

Cardoso e Cunha, um homem que fez a sua vida no Sul de Angola ao tempo da administração portuguesa, poderia também não ter — segundo algumas fontes de países africanos — o perfil indicado para agir em nome



Congresso da Cooperação: chefes de Estado africanos em Lisboa

da CEE junto dos actuais governos desses territórios.

No momento em que a ELO (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação) realizou um Congresso em Lisboa, com a presença dos presidentes da Guiné-Bissau e de S. Tomé e Príncipe, e representantes dos chefes de

Estado dos outros países africanos de expressão oficial portuguesa e ainda do Brasil, teria sido bem mais confortável para todos que a pasta da Cooperação fosse também ela portuguesa a partir de 1989. Comentando para o EXPRESSO essa circunstância, Folhadela Moreira, o homem que pôs de pé o encontro

dos empresários portugueses, referiu que o congresso não se realizou neste momento «a contar que Portugal ficasse com a Cooperação». Reconheceu que a tarefa de cooperar será mais difícil, mas entende que «o desafio será maior e as provas dadas são garantia de que tudo se há-de conseguir».

Portugal contribui para o FED com 0,88 por cento, mas detém contratos de cooperação técnica e fornecimentos num valor muito elevado (totalizando em Novembro 12 455,4 milhares de ecus).

J. Henriques Coimbra com Deolinda Almeida em Bruxelas